

PMDB e PFL já lutam para ter o comando do Congresso

Os dois principais partidos, PMDB e PFL, movimentam-se para situar desde já suas pretensões de eleger no próximo ano os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O primeiro deles, pela voz de Ulysses Magalhães, já expressou sua confiança em que, apesar dos desfalques que lhe imporá a próxima eleição, o partido continuará majoritário nas duas casas do Congresso e naturalmente credenciado para ter aquelas duas presidências bem como o comando das comissões permanentes das duas casas. O segundo reúne em Brasília dia 22 seus candidatos a governador e a senador, os quais serão concitados por Hugo Napoleão, presidente do partido, a firmar desde já a reivindicação no pressuposto de que pelo menos na Câmara a maioria se deslocaria para o PFL. Essa é uma questão que só a contagem dos votos irá dirimir.

Mas pode-se prever não só o crescimento do PFL como o depauperamento da representação do PMDB, que está sendo excluído do governo de quase todos os Estados que conquistara em 1986, exceção possivelmente do Amazonas, de Goiás e do Pará. Claro que o deslocamento do eixo político regional produzirá efeitos na composição das bancadas legislativas. Além disso deve-se anotar desde já a hipótese de que diversos deputados que serão eleitos pelas legendas atuais, principalmente pemedebistas, mudarão de legenda tão logo recebam o diploma da Justiça eleitoral. Em Minas Gerais, por exemplo, a numerosa bancada que o PMDB ainda elegerá já se comprometeu a acompanhar Hélio Garcia, caso se eleja governador pelo PRS. Eles poderão taticamente permanecer na legenda até que, após a posse dos novos governadores e a instalação da ses-



são legislativa de 1991, se situem, da melhor maneira, na disputa dos postos na mesa e nas comissões.

No Senado a chance do PMDB é mais concreta, pois lá a renovação alcança apenas um terço da casa. Nos dois terços que permanecem o partido já é majoritário e a menos que sofra desfalques por enquanto imprevisíveis deverá manter-se na posição atual embora melhore por pequeno número de novos eleitos. Seu candidato a presidente é o senador Mauro Benevides. O PFL, se tem boa perspectiva na Câmara, aumentará bem sua bancada no Senado mas salvo adesões também não previstas dificilmente superaria o partido rival. Também pefelistas deverão deixar a legenda se esse for o desejo do presidente Fernando Collor ou a determinação do governador em torno do qual se agrupem. Seu nome para a presidência do Senado é Marco Maciel.

Na movimentação de Ulysses Guimarães ficou claro que o "senhor diretas" almeja voltar a ser presidente da Câmara pelos próximos dois anos. Tudo depende de que se efetivem algumas premissas, a primeira das quais será a sua própria reeleição, a qual, segundo observadores paulistas, não estaria contando com o estímulo de uma cooperação ativa do governador Orestes Quércia. Ulysses estaria muito distante daquela felicidade de quatro anos atrás em função da qual se tornou um milionário de votos em São Paulo, mas sua reeleição deverá ocorrer, tal como vem ocorrendo desde 1950 quando chegou à Câmara pela primeira vez com votação suficiente mas nada brilhante. A segunda premissa é continuar o PMDB como maior bancada da Câmara, coisa que parece mais difícil, pois a renovação afeta todos os partidos, principalmente os que mais perderam de 1988 e 1989 para cá.

O veto

Ulysses Guimarães já se comporta, aliás, como candidato a presidente da Câmara ao mandar telegrama circular a deputados e senadores convocando-os para comparecer às sessões do Congresso que terça e quarta-feira deverão se pronunciar sobre o veto presidencial ao projeto de lei de salários. Não foi só para segundar com seu prestígio pessoal o apelo do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, mas para sinalizar uma preeminência que aliás todos lhe reconhecem. Isso, no entanto, dificilmente contribuirá para a queda do veto, pois o outrora glorioso partido está rachado, com fatia substancial da bancada decidida a apoiar o Plano Collor e a política

do presidente da República. Poderá ser, aliás, essa fatia, pela ausência ou pelo voto secreto, que decidirá em favor do governo a luta contra o retorno da indexação salarial.

Apesar da mobilização da CUT, seu próprio dirigente, Jair Meneguelli, já manifestou seu ceticismo quanto à possibilidade de recusa do veto, já agora prestigiado pela adesão em massa dos empresários. E beneficiado pela jurisprudência que vai sendo firmada no Tribunal Superior do Trabalho segundo a qual a indexação desapareceu da lei e os juízes já não têm por que usá-la na solução de conflitos trabalhistas.

Carlos Castello Branco